
VÍDEO E DIÁLOGO CULTURAL – EXPERIÊNCIA DO PROJETO VÍDEO NAS ALDEIAS

Dominique T. Gallois

Vincent Carelli

Centro de Trabalho Indigenista – Brasil

Resumo: Este texto analisa a apropriação e a utilização da imagem pelos diferentes grupos indígenas que fazem parte do projeto *Vídeo nas Aldeias*, de acordo com seus projetos políticos e culturais e a expressão de suas identidades coletivas, que se revelam quando as imagens de si mesmo e dos outros povos, em vídeo, são apreciadas e compartilhadas.

Abstract: In this article, we present the appropriation and the manipulation of the image by different indian groups, that take part from the project *Vídeo nas Aldeias* according to their political and cultural projects, and their collective identification expression, that shows when the image of themselves and other peoples (on video) are shared.

O projeto Vídeo nas Aldeias, do Centro de Trabalho Indigenista (CTI),¹ foi idealizado no contexto do movimento de reafirmação étnica, ao qual assistimos entre os povos indígenas no Brasil nas últimas décadas. Concebido como um programa de intervenção direta, parte da premissa de que as identidades indígenas são, hoje, mais disseminadas que exclusivas, construídas a partir de tradições fragmentadas e, sobretudo, a partir da assimilação de influências transculturais (Marcus, 1991). Por outro lado, a antropologia dos movimentos étnicos evidenciou que a forma mais eficiente de fortalecer a autonomia de um grupo é permitir que se reconheça, demarcando-se dos outros, numa identidade coletiva. Nesse processo dinâmico, a revisão da própria imagem e a seleção dos componentes culturais que a compõem resultam de um trabalho de adaptação constante. A cultura – que não é feita apenas de tradições – só existe como movimento, alimentado pelo contato com a alteridade.

O projeto pretendia contribuir a esse movimento, colocando à disposição de povos indígenas a oportunidade de um diálogo adaptado a suas formas de transmissão cultural.

¹ O projeto Vídeo nas Aldeias nasceu em 1987, no Centro de Trabalho Indigenista (CTI), uma organização não-governamental fundada em 1979 por um grupo de antropólogos e de educadores que desejavam estender sua experiência inicial de pesquisa etnológica na forma de programas de intervenção adequados às comunidades indígenas com as quais se relacionavam. A equipe do CTI tem um patrimônio de relações acumuladas, ao longo de muitos anos, com vários grupos indígenas, apoiando seus esforços de reconhecimento, demarcação e desintrustamento das reservas, seus projetos de manejo de recursos naturais e de desenvolvimento sustentado, assim como a implantação de programas educacionais adaptados à realidade de cada povo.

O objetivo era tornar acessível o uso da mídia vídeo a um número crescente de comunidades indígenas, promovendo a apropriação e manipulação de sua imagem em acordo com seus projetos políticos e culturais. O vídeo representa, de fato, um instrumento de comunicação e um veículo de informação apropriado ao intercâmbio entre grupos que não só mantêm tradições culturais diversas, mas desenvolveram formas diferenciadas de adaptação ao contato com os brancos. Diversidade ainda maior pelo fato de estarem extremamente dispersos e isolados entre si, tendo raramente a possibilidade de se conhecer. Mesmo que a extensão dessa experiência ainda se limite a alguns povos,² representa uma inovação significativa, tanto no panorama interno dos modos tradicionais de comunicação quanto na conjuntura externa, bastante repressiva com relação aos direitos dos índios na área de comunicação.

Apropriação do vídeo pelos índios: um instrumento de comunicação

Os métodos audiovisuais representam certamente uma das modalidades melhor adaptadas ao diálogo entre povos que falam línguas tão diferenciadas quanto as etnias indígenas no Brasil. Por isso, assumimos que as distâncias geográficas, históricas e culturais que as separam poderiam ser transpostas pela circulação de imagens, através das quais os diferentes grupos se reconheceriam para repensar e reorganizar tanto suas semelhanças quanto suas diferenças. Como descrever e avaliar os resultados dessa transposição?

Constata-se, em primeiro lugar, que o acesso ao vídeo amplia as possibilidades de comunicação, internas e externas, entre grupos indígenas. A experiência do projeto Vídeo nas Aldeias mostra que, quando colocados sob o controle dos índios, os registros em vídeo são principalmente utilizados em duas direções complementares: para preservar manifestações culturais próprias a cada etnia, selecionando-se aquelas que desejam transmitir às futuras gerações e difundir entre aldeias e povos diferentes; para testemunhar e divulgar ações empreendidas por cada comunidade para recuperar seus direitos territoriais e impor suas reivindicações. No entanto, a experiência também comprova que a apropriação do vídeo pelos povos indígenas extrapola a função instrumental da comunicação. Os resultados obtidos estão menos na maior circulação de informações entre os povos do que na forma inovadora como esses grupos se apropriam delas. Tecnicamente, o vídeo modifica substancialmente a produção e a transmissão de conhecimentos. Comparado com outros instrumentos de comunicação utilizados em programas de “resgate” cultural, a inovação que o vídeo representa tem uma dupla vantagem: sua apreciação passa pela imagem, sua apropriação é coletiva.

² O programa implantou uma rede de videotecas e centros de produção de vídeos em 12 aldeias, entre os povos waiãpi (Amapá), enawenê nawê, xavante e nambikwara (Mato Grosso), gavião-parkatêjê e xikrim-kayapó (Sul do Pará), krinkatí (Maranhão), terena e guarani (Mato Grosso do Sul). Além disso, apóia o Kayapó Video Project, que envolve mais oito aldeias, além de outros índios que já trabalham com vídeo por iniciativa própria. A sede, em São Paulo, opera como centro de edição, duplicação e redistribuição tanto do material produzido pelos índios como pela equipe do programa.

O primeiro ponto já é suficientemente conhecido para nos determos nele. Na comunicação entre povos que falam línguas ininteligíveis, as imagens se impõem sozinhas. Elas abrem espaço para a circulação de características culturais que essas sociedades, inclusive, sempre manifestaram através de gêneros não-verbais: as coreografias de suas danças, os adornos, o gestual característico de diferentes atividades. A simples visualização desses elementos, tão significativa quanto a compreensão lingüística, tem impactos próprios, auto-suficientes. Para compreendê-los, basta vê-los. Por ser concreta, por lidar com emoções, a imagem catalisa representações preexistentes, presentes no imaginário de cada povo. Seu impacto sensível permite que as imagens anteriores sejam reconstruídas, atualizadas e refixadas de forma nova.

O fato das imagens serem apreciadas coletivamente é outro aspecto que consideramos essencial. O vídeo potencializa a transmissão participante, própria às sociedades de tradição oral. A difusão de imagens em vídeo nos pátios das aldeias favorece a continuidade na transmissão de símbolos próprios a cada cultura, na medida em que as imagens reiteradas por uns são também vistas e realimentadas por outros. Em acordo com Barth (1987), para compreender esse processo, é necessário considerar as circunstâncias da estocagem e fixação de informações nas mentes individuais. Nas sociedades sem escrita, os meios de comunicação não-verbais – a participação num ritual, ou numa sessão de vídeo – são determinantes pela sua capacidade evocativa. Nessas formas de transmissão, a recorrência a imagens culturalmente legíveis é suficiente para que todos, na assistência, possam compartilhar do argumento e posteriormente completá-lo. Uma narrativa, um ritual, etc., não precisam ser descritos exaustivamente, pois é na forma participativa de sua retransmissão que tomam sentido.

Preocupado em diferenciar sociedades com ou sem escrita, Goody também enfoca os efeitos da alteração nos modos de comunicação. Afirma que, no fim das contas,

a cultura não é senão uma série de atos de comunicação [...] que envolvem progressos nas possibilidades de armazenagem, na análise e na criação de conhecimento, assim como as relações entre os indivíduos envolvidos (Goody, 1988, p. 47).

O acesso ao vídeo constituiria uma inovação que interfere decisivamente na produção da cultura, justamente porque incentiva sua permanente reelaboração. Diálogos formais e informais, participações em rituais, visitas entre aldeias, são algumas modalidades tradicionais de comunicação existentes em praticamente todas as sociedades indígenas. Mas elas lidam com conteúdos culturais prefixados e previsíveis. Ao contrário, as sessões de vídeo são situações novas que permitem construir coletivamente conhecimentos diferentes, tanto em seu conteúdo quanto na forma como são apropriados.

Informação a serviço da afirmação ética

Se o conteúdo dos conhecimentos apropriados através do vídeo muda, é porque, como afirma Goody (1988, p. 55), as sociedades tradicionais estão marcadas “não tanto pela ausência de pensamento reflexivo como pela ausência de utensílios apropriados à meditação construtiva”. Como a escrita, o vídeo é um canal de informações que altera esse quadro. O acesso

à informação trazida nas fitas permite que cada grupo recoloca sua posição particular no jogo mais amplo das relações interétnicas, confrontando-a com a de outros povos. De acordo com Goody, é antes a forma como as alternativas são apresentadas que deve ser enfatizada. Da mesma forma que a introdução da escrita estudada por este autor (Goody, 1988, p. 54), o acesso ao vídeo permitiria aos povos indígenas tomar consciência das diferenças e das alternativas. Uma etapa indispensável a qualquer processo de reafirmação étnica.

O sucesso dessa trajetória depende da dosagem de ingredientes, internos e externos, determinada pela particularidade de cada situação. Como argumenta Lévi-Strauss (1979, p. 34),

as diferenças são extremamente fecundadas, o progresso só se verificou através das diferenças [...] para que uma cultura seja realmente ela mesma e esteja apta a produzir algo de original, seus membros precisam estar convencidos de sua originalidade e superioridade em relação aos outros.

Num texto anterior, ilustramos esse processo a partir da experiência do vídeo entre os waiãpi. Mostramos que a revisão da auto-imagem consiste basicamente numa reordenação do tempo e do espaço no qual cada grupo se situa.

Novas continuidades são criadas, no tempo, porque as informações transmitidas pelo vídeo enriquecem a reflexão sobre a própria história do contato, reordenada de acordo com uma lógica que não diz respeito apenas à vivência de um grupo, mas à de todos os índios conhecidos pelo vídeo. Ao confrontar sua própria experiência com a dos outros, as comunidades transpõem sentimentos preexistentes para idealizar uma nova síntese.

No espaço, porque as imagens apresentam os povos indígenas em situações que conjugam aspectos da realidade que as tradições orais normalmente separam: características tecnológicas, lingüísticas e aparência física, posição de cada povo com relação aos brancos. A classificação sustentada, antes, em conceitos mítico-cosmológicos dá lugar a uma nova classificação, na qual semelhanças e diferenças entre os povos são determinadas não mais pelas categorias míticas, mas pela visão panorâmica da situação de contato diferenciada retratada nos vídeos de outros povos indígenas. O vídeo propiciaria, de forma única, uma consciência da mudança, indispensável para a formulação de ações visando ao controle do convívio interétnico (Gallois; Carelli, 1992).

O diálogo que se estabelece entre comunidades indígenas através do vídeo é um dos resultados mais interessantes do programa do CTI. Como constata Marcus (1991), para lutar pela sua autonomia, as comunidades não precisam fugir do mundo ou recorrer à autarquia. Nossa experiência permitiu verificar, em diversas oportunidades, que a circulação de documentos em vídeo entre aldeias permite a comparação e a integração das estratégias encontradas por outros grupos para seu relacionamento com setores diferenciados da sociedade nacional. Ao suscitar a reflexão crítica, também sugere novas formas de ação.

Do intercâmbio de imagens ao encontro na vida real

É por isto que, entre os desdobramentos mais concretos do intercâmbio promovido pela circulação de vídeos, estão os encontros, na vida real, entre povos que se conheceram, inicialmente, através de imagens da TV. O caráter restrito desses encontros e a existência de afinidades culturais preexistentes são aspectos essenciais nesse processo de “micropolítica”,

em oposição às formas de intercâmbio pan-indígenas, muito mais conhecidas. De fato, as ações normalmente consideradas como parâmetro para os ganhos do movimento indígena são a luta para a garantia de direitos territoriais ou a captação de apoios assistenciais mais efetivos. Os caminhos citados são as formas mais imediatas de comunicação e intercâmbio, resultantes das associações, das reuniões ou assembléias pan-indígenas. Essas modalidades mais conhecidas da “macropolítica” indígena obtêm seus ganhos na soma de múltiplas vozes. Por isso, sua descrição tende a diluir as identidades específicas dos povos envolvidos. Como os encontros promovidos pelo projeto Vídeo nas Aldeias, ao contrário daqueles, são restritos, os parâmetros para sua avaliação são muito diferentes. Se, de acordo com Marcus (1991, p. 205), a identidade cultural só existe enquanto multiplicidade de fragmentos, cabe definir em quais circunstâncias eles se sobrepõem e se amalgamam. O caráter declaradamente interativo do projeto Vídeo nas Aldeias favoreceu diretamente o intercâmbio entre os povos e intermediou as visitas. Na interação entre comunidades e observadores, destacam-se as negociações envolvidas nos processos de afirmação étnica. Por exemplo, a maneira como os líderes que dirigiram os encontros se apropriaram de suas relações conosco para colocar em prática seus próprios programas culturais. Essa forma de interação intertribal mostra que ela atende menos a uma política interna de “resgate” cultural do que às necessidades de abertura impostas pela política externa de cada grupo. A relação que cada povo mantém, ou pretende manter, com outros índios foi construída em função das relações que mantém com os brancos. Por isso, os encontros são ilustrativos do movimento de construção de identidades “disseminadas” e “multilocalizadas” mencionado por Marcus (1991, p. 205).

O papel do vídeo na comunicação intelectual – o retorno do olhar

Construir, através da mídia audiovisual, informações para o público leigo ou para o círculo restrito dos especialistas, representa certamente uma experiência valiosa para a reflexão antropológica. Mais interessante ainda é construí-las com e para os sujeitos da pesquisa: as comunidades indígenas. Retorno, *feed-back*, antropologia interativa ou compartilhada, como pregava Jean Rouch, são princípios muitas vezes declarados, mas raras vezes concretizados. O que as comunidades estudadas, fotografadas e filmadas esperam da interação que estabelecem com antropólogos não são, apenas, as fotos, os filmes editados ou as teses prontas. Entretanto, é essa forma mecânica de retorno que a maior parte dos etnólogos concebe e pratica. O projeto de vídeo do CTI se propõe inverter e enriquecer essa relação. Ao invés de simplesmente se apropriar da imagem desses povos para fins de pesquisa ou difusão em larga escala, esse projeto tem por objetivo promover a apropriação e manipulação de sua imagem pelos próprios índios. Essa experiência, essencial para as comunidades que a vivenciam, representa também um campo de pesquisa revelador dos processos de construção de identidades, de transformação e transmissão de conhecimentos, de formas novas de auto-representação.

Ao longo dos últimos anos, acumulamos um arquivo de imagens representativo de uma dezena de povos indígenas. Esse arquivo, que contém valiosos fragmentos da memória desses povos, destina-se às comunidades indígenas. Guardar esse acervo em São Paulo apenas para garantir a imagem diferenciada desses povos no futuro seria simples “arquivismo”: já

temos, nas bibliotecas e nos museus, milhares de testemunhos de seu passado que, porém, permanecem-lhes inacessíveis. A preservação de imagens significativas para a memória dos povos indígenas só ganha sentido quando colocadas à disposição desses povos, para que eles, enquanto sujeitos de seu futuro, as utilizem no processo de revisão de suas identidades. A manutenção das culturas e o futuro diferenciado desses povos dependem muito mais de sua criatividade nos processos de reconstrução, adaptações e seleções de sua memória do que da continuidade de um passado retratado em imagens de arquivo.

Por essas razões, o programa de vídeo do CTI não se limita a “devolver” materiais uniformes para todas as aldeias onde atua, mas procura atender demandas específicas dos índios em relação às informações sobre o mundo que está à sua volta e que desejam conhecer, apóia concretamente a eficácia de suas redes de comunicação interna, etc. Cabe à equipe captar a particularidade da situação de cada grupo em sua relação com o mundo exterior, pesquisar e produzir os documentos que atendam às demandas de cada comunidade. Ao captar as demandas de informação formuladas pelos índios, tem-se a oportunidade de testar suas formas de percepção e necessidades cognitivas, na lógica de uma pesquisa de “etnoconhecimentos”. Para o público indígena, a equipe do programa prepara materiais específicos, a partir dos registros do arquivo e da seleção de outros materiais. É um dos objetivos do presente projeto procurar uma melhor adequação, tanto qualitativa quanto quantitativa, dos produtos destinados às aldeias, para atender a demandas específicas e adaptar as edições às necessidades de cada comunidade. Apresentar a grupos indígenas, extremamente isolados e diversificados, pacotes de vídeos sobre a realidade indígena no restante do país tem ampliado seu quadro de referências, possibilitando uma nova reflexão sobre si próprios e sua *performance* política. Dessa forma, o caráter experimental assumido pelo projeto procura evitar duas armadilhas habituais na rotinização dos programas de comunicação ditos “alternativos”: responder de forma mecânica e homogênea, limitar-se a fórmulas didáticas. Nossa experiência evidencia que o “retorno” que temos a oferecer aos índios é o retorno do olhar. E a troca que se estabelece, por meio da mídia audiovisual, é exatamente produzir conhecimento, de um lado e outro. Produzir o encontro entre modos de ver e de pensar, ampliar as possibilidades de comunicação, de identificação, ou de confronto.

Um canal para as vozes dos índios

À antropologia coloca-se como objetivo a “tradução” de culturas, intervindo na comunicação intercultural, participando da construção de uma sociedade mais tolerante para as diferenças culturais. Não cabe apenas ao antropólogo descrever o processo de construção dessas diferenças. Cabe-lhe, sobretudo, captar e transmitir seus significados políticos. A etnologia indígena desenvolvida no Brasil tem particularidades estimulantes para aceitar esse desafio. Estamos muito longe do relativismo cultural, que fechava as possibilidades de tradução intercultural. Aproximamo-nos dos povos indígenas desde que assumimos a necessidade de uma articulação estreita entre responsabilidade profissional e prática política. Pretendemos que nossas pesquisas contribuam à melhor compreensão entre segmentos sociais, étnicos e culturas diferentes. O indigenismo, entre nós, não se reduz a uma vivência paralela, está inserido dentro da discussão teórica da disciplina, que tem focalizado de maneira inovadora

a relação entre povos indígenas e sociedade envolvente, nos estudos de “contato interétnico”, há muito tempo em pauta na etnologia brasileira.

Para cada público-alvo, a comunicação audiovisual de conhecimentos antropológicos apresenta dificuldades e desafios próprios: o grande público; o público especializado; os índios. São principalmente os dois extremos, que correspondem aos destinatários de produtos considerados injustamente “subprodutos” da pesquisa antropológica, que nos interessam. Os principais resultados alcançados pelo projeto Vídeo nas Aldeias do CTI estão exatamente na justaposição de dois tipos de experiências de comunicação diametralmente opostas, porque destinadas a públicos situados nas extremidades da cadeia de comunicação: de um lado a sociedade da qual fazemos parte, o chamado “grande público” e, do outro, os sujeitos do conhecimento antropológico, as comunidades estudadas.

Para avaliar o destino dos conhecimentos que os antropólogos acumulam em suas pesquisas, como “especialistas” de povos diferentes, poderíamos partir de duas questões básicas: compartilhar o saber do antropólogo, com quem?, o saber de quem?, do antropólogo ou dos outros? Se a meta é interferir na comunicação intercultural, não seria obrigação dos antropólogos colocar a mídia audiovisual à qual tem acesso à disposição dos povos que estudam, como um canal de comunicação com nossa sociedade? Nessa abordagem, o antropólogo coloca seus conhecimentos como instrumento para a captação e, sobretudo, para a transmissão do ponto de vista dos povos estudados. Usa esses conhecimentos para tornar o ponto de vista do grupo estudado “sensível” ao público leigo. Se está claro que o autor não apaga sua presença na construção do trabalho, esta opção de comunicação exige que ele atenuie sua voz,³ para deixar espaço à voz dos outros. E não se trata apenas da construção da fala que guia o documento audiovisual. Trata-se do conteúdo desse discurso: as versões do grupo sobre sua história, suas opções para o futuro e não as interpretações que o antropólogo faz dessa história, ou desse futuro.

Transmitir a voz dos outros exige sensibilidade na percepção da demanda dos dois extremos da cadeia de comunicação: nossa demanda, isto é, a demanda de nossa sociedade enquanto público, de um lado, a demanda da comunidade estudada, do outro.

“Onde começa uma cultura?” (Héritier-Augé, 1992). O que é mais significativo na justaposição de diferenças culturais? Não seriam os antropólogos os intermediários melhor situados para explicar tais processos? Como apresentar, entre nós, o ponto de vista do outro? Como devolver aos índios o olhar que nossa sociedade coloca sobre eles? A escolha desse ponto de vista exige algumas opções metodológicas, que consistem, essencialmente, numa melhor articulação das respectivas demandas de conhecimento:

³ Se levada adiante com rigor, essa opção é radicalmente distinta da chamada antropologia visual que almeja explicitar o saber dos antropólogos sobre o saber dos outros. Essa abordagem apresenta, sobretudo, interesse didático, como complemento à formação de profissionais da antropologia, na medida em que os recursos audiovisuais potencializam a descrição do trabalho etnográfico que se pretende “retratar”: como se aproximar do grupo estudado, como entendê-lo a partir de *insights* que geralmente consistem na articulação de um evento a um conceito teórico presente na mente do antropólogo, como registrar os dados em função de sua apresentação no cotidiano da pesquisa, em sua minúcia, como esses dados são recortados em função de hipóteses interpretativas, etc. Uma das principais características desse método didático de ensinar antropologia com apoio audiovisual (mais sugestivo e didático que os escritos) é de pretender descrições completas. Mas tanto quanto na forma escrita, a voz do antropólogo domina nos temas privilegiados por essa subdivisão da antropologia. E, por conseguinte, os destinatários dessas explicações, apresentadas em forma de minuciosas contraposições de interpretações, são, também, os antropólogos.

– Abandonar a perspectiva do relativismo cultural e partir do pressuposto que as sociedades não são incomunicáveis, incompatíveis, intraduzíveis uma na outra. O processo criativo de desconstrução e reconstrução do real aludido anteriormente consiste, nesse caso, em viabilizar a identificação, selecionando pontos de vista de nossa sociedade a serem atingidos pelo ponto de vista dos outros, que se quer transmitir. A vantagem essencial do audiovisual para a comunicação intercultural está no impacto da imagem, que impõe conceitos éticos, sentimentos, sensações que são universais, que transcendem a diversidade das culturas. Por serem atos de percepção, elas aproximam.

– Simetricamente, cabe ao antropólogo escolher, na demanda de comunicação intercultural do grupo estudado, os aspectos mais diretamente relacionados com sua experiência de contato com nossa sociedade. No Brasil, os povos indígenas saíram do isolamento e nesse processo, formularam demandas específicas para a nossa sociedade, que são raramente abordadas pelos filmes etnográficos. A maior parte desses documentários, entretanto, apenas continua evidenciando o fascínio dos antropólogos pelos saberes tradicionais que, como especialistas, estão orgulhosos em desvendar nos seus trabalhos. O ponto de vista mais frequentemente expressado nos documentários, quando tratam dos processos de mudança cultural, é o saudosismo pelo desaparecimento dessas técnicas ancestrais. Persistem em abordar a situação dos índios nos termos impostos pelo preconceito comum de “povos ameaçados”. A globalização da cultura, tema de reflexão antropológica, é frequentemente empobrecido na produção destinada ao grande público, na forma de uma simples denúncia das “perdas” “sofridas” pelas culturas “dominadas”.

Por que não retomar a pauta essencial da antropologia contemporânea: entender e controlar o significado cultural das diferenças, abordando, por exemplo, o fascínio que nosso mundo exerce sobre as populações indígenas? Inovar nos estudos de aculturação, mostrando não apenas a “ameaça” que pesa sobre as “técnicas ancestrais”, mas também as opções dos índios para um certo tipo de desenvolvimento, seu interesse em adquirir novos saberes, o modo como esses conhecimentos são absorvidos, adaptados, através de processos criativos, reveladores das diferenças culturais. Em seus escritos, os antropólogos abandonaram há muito tempo a descrição de “tribos” isoladas em mundos estanques. Na teoria antropológica, o relativismo cultural deu espaço à discussão da universalidade dos invariantes do pensamento humano. A própria etnografia, que descreve o miúdo, não se restringe mais ao conteúdo das culturas específicas, tomadas como unidades discretas, fechadas e incomunicáveis, espécies raras a serem comparadas. Ela trata de uma questão básica: a construção das diferenças culturais. É nesse quadro que a etnologia brasileira tem focalizado as situações, exemplares, de encontro intercultural. Dito em outras palavras, é essencial repensarmos os recortes que delimitam nossa apreensão dos outros. Para o grande público, os índios continuam sendo apreciados na medida em que são apresentados na forma de povos exóticos, que exercem fascínio pela sua distância. Ao abrir nossos trabalhos à voz desses povos, é preciso abandonar a perspectiva da distância para privilegiar a da aproximação: o do contato. Por que não fazê-lo dando prioridade à demanda de interação que esses povos colocam para nossa sociedade, privilegiando as suas questões?

Referências

BARTH, F. *Cosmologies in the making: a generative approach to cultural variation in inner New Guinea*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

GALLOIS, D. T.; CARELLI, V. Vídeo nas aldeias: a experiência Waiãpi. *Cadernos de Campo*, São Paulo: FFLCH/USP, v. 2, 1992.

GOODY, J. Alfabetismo, crítica e progresso do conhecimento. In: GOODY, J. *Domesticação do pensamento selvagem*. Lisboa: Presença, 1988. p. 46-62.

HÉRITIER-AUGÉ, F. Oú et quand commence une culture? *CinémAction*, Paris, n. 64, p. 12-23, mai 1992.

LÉVI-STRAUSS, C. Pensamento primitivo e mente civilizada. In: LÉVI-STRAUSS, C. *Mito e significado*. Lisboa: Ed. 70, 1979.

MARCUS, G. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade, no final do século XX a nível mundial. *Revista de Antropologia*, v. 34, p. 197-221, 1991.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.